



9 ANOS DA LEI DO FEMINICÍDIO: O QUE MUDOU?

A Lei do Feminicídio – **Lei 13.104, de 9 de março de 2015** – alterou o Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, incluindo tal conduta no rol dos crimes hediondos, caracterizando o crime como a conduta praticada contra a mulher, matando-a por razões da condição de sexo feminino; considera a lei que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve I – violência doméstica e familiar ou II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A realidade mostra que nenhuma lei é suficiente para coibir o feminicídio, nem os crimes de gênero. Mudanças culturais precisam ocorrer mas são lentas: no Brasil, uma cultura secular forjou comportamentos hierárquicos e patriarcais que ainda estão presentes em vários espaços sociais. E uma lei não basta para mudar comportamentos. A Educação é a via indispensável para isso.

Destaque-se que a violência contra a mulher é qualquer conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, moral ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado, como ficou definido em 1994, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ), ratificada pelo Brasil, e, portanto, parte do Direito Brasileiro. A Constituição de 1988 estabelece que o Estado deve criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. E aí incluídos todos os poderes do Estado, em todos os níveis da federação. A tão conhecida Lei Maria da Penha trouxe um novo alento mas já completou 17 anos e se pergunta: a violência contra a mulher diminuiu? O que mudou de 2006 a 2024, para as mulheres em situação de violência? O que mudou com a Lei do Feminicídio? Quais os desafios para a efetividade das Leis? O aumento de pena ou medidas mais gravosas para os crimes cometidos contra as mulheres é solução?

A Violência doméstica ainda persiste, e pior, apresenta sinais de recrudescimento, especialmente no número de assassinatos de mulheres, em razão de sua condição de mulher – feminicídios – como tipificado na lei **13.104/2015**. Vale frisar que, diferentemente do homem que morre predominantemente em situações de espaço público, a mulher é assassinada em decorrência de suas relações domésticas ou por razão de gênero.

Assiste-se gradativamente a uma maior atenção à violência de gênero, nos três poderes do estado, no Ministério Público, e nas organizações da sociedade civil de maneira geral.

Constata-se, entretanto, que A LEI NÃO BASTA – o Brasil precisa de construção de estratégias para CONCRETIZAÇÃO dos direitos das mulheres, através das políticas públicas necessárias e em âmbitos diversos; indispensáveis **ações educativas em todos os níveis de ensino**, não apenas na educação formal, mas também através da mídia; políticas assistenciais e de saúde; políticas culturais e de esportes, enfim ações efetivas para mulher em todos os aspectos, buscando-se **transformar os padrões culturais do patriarcado que ainda permanecem em muitos segmentos e fomenta a violência contra a mulher**. E não adianta “falar para convertidos”. Precisamos buscar hoje a parceria de **todas as pessoas** para essa luta, – luta que é da humanidade.

Tendo em vista que as próprias normas jurídicas apontam para a premente necessidade de mudar comportamentos – promovendo uma real mudança nos valores sociais baseados nos direitos humanos, com posturas éticas, respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade, **o caminho adequado só pode ser construído através da educação, com a construção de uma perspectiva de gênero nos currículos das escolas, de forma transversal e/ou através de outras ações ou programas específicos, com a participação efetiva não só dos profissionais que trabalham na área educacional, mas de todos, inclusive do sistema de justiça**.

Todas as discussões em face do tema perpassam pela necessidade do emprego de esforço conjunto e engajado da família, da sociedade e do poder público – trabalho em rede efetivamente. **Assim, a violência contra a mulher não é apenas um acontecimento da vida privada pois em briga de marido e mulher, precisamos meter a colher! E assim contribuir para a diminuição do feminicídio...**

Adélia Moreira Pessoa